

----- **ATA N.º 7/2012** -----

-----Aos 04 dias do mês de abril de 2012, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Vice-Presidente José Luís Saúde Cabral, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----João Manuel Ferreira da Silva Duarte;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Francisco Gomes Monteiro.-----

-----A reunião foi secretariada pela Assistente Técnica, Dina Maria da Silva.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS** -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** deu conhecimento de que o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro, não pode comparecer à presente reunião por motivos de ordem pessoal, falta que a Câmara deliberou aceitar, considerando-a justificada.-----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 21/03/2012** -----

-----Foi presente a ata n.º 6, da reunião ordinária do Executivo de 21/03/2012, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.-----

-----Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por unanimidade. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Vice-Presidente questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----Não havendo nenhum assunto a tratar antes da ordem do dia, o Senhor Vice-Presidente da Câmara passou à Ordem do Dia. -----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** propôs ao executivo que a próxima reunião agendada para o dia 18/04, se realize no dia 16/04, uma vez que há assuntos urgentes, que para poderem ser enviados a entidades públicas, devem ser aprovados em sessão da Assembleia Municipal, como é o caso da Prestação de Contas. -----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos e uma abstenção do Senhor Vereador João Duarte, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos:-----

-----**DIVISÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA:** -----

-----**SECÇÃO DE CONTABILIDADE:**-----

-----**ASSUNTO: PUBLICITAÇÃO OBRIGATÓRIA DE SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS;**-----

-----GRUPO PARLAMENTAR DO PCP:-----

-----ASSUNTO: PELA MODERNIZAÇÃO E REABERTURA DO TROÇO
COVILHÃ – GUARDA;-----

-----DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO:-----

-----SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES:-----

-----ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE
UTILIZAÇÃO:-----

-----Requerente: João Manuel dos Santos;-----

-----SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:-----

-----ASSUNTO: FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE
MERCADO LIVRE PARA PORTUGAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL
EFETUADO PELA COMURBEIRAS – CIM PARA OS MUNICÍPIOS
ASSOCIADOS;-----

-----SECÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO:--

-----ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE TOPONÍMIA:-----

-----Requerente: Freguesia de Vide-Entre-Vinhas;-----

-----ASSUNTO: MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE
A CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA E AS JUNTAS DE
FREGUESIA;-----

-----ALTERAÇÃO À DATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA
DE DEZOITO DE ABRIL DE DOIS MIL E DOZE.-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----1 - DIVISÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA-----

-----SECÇÃO DE CONTABILIDADE-----

-----ASSUNTO: MANUAL DE CONSOLIDAÇÃO-----

-----Foi presente informação interna da secção de contabilidade, datada
de 21/03, remetendo para aprovação do executivo, o Manual de
Consolidação de Contas, conforme estipulado pelo SATAPOCAL.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que o Manual de Consolidação dá cumprimento ao disposto na lei e é um documento que encerra os trabalhos contabilísticos do ano de 2011, traduzindo de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira deste município.

-----Referiu também que após a apresentação das contas, será marcada uma reunião extraordinária para apreciação e análise por parte do executivo da proposta do reequilíbrio financeiro, que está praticamente concluído. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores João Duarte e Victor Santos, aprovar o Manual de Consolidação de Contas, conforme estipulado pelo SATAPOCAL.**---

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: DECLARAÇÕES DA NOVA LEI DOS COMPROMISSOS**-----

-----Foi presente informação interna da secção de contabilidade, datada de 29/03, referindo que no seguimento da publicação da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e de acordo com o disposto no n.º 2, do art.º 15.º, deverão ser remetidas para conhecimento de Executivo, bem como da Assembleia Municipal, as declarações da nova Lei dos compromissos, relativas aos pagamentos em atraso, recebimentos em atraso e compromissos plurianuais a 31 de dezembro de 2011.-----

-----Tomando a palavra, o Senhor **Vereador António Silva** disse que a lei n.º 8/2012 vem estabelecer as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, à data de 31 de Dezembro de 2011. Referiu ainda, que as declarações da nova Lei dos compromissos, para além do conhecimento do executivo, serão igualmente remetidas para conhecimento da Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que tinha duas questões a colocar, sendo que a primeira dizia respeito ao mapa dos pagamentos em atraso, porque, após analisar o documento, não viu referenciados os juros e os encargos financeiros que esta Câmara tem para com a banca, questionando se estes encargos não deveriam constar do documento. -----

-----Na segunda questão apresentada pelo Senhor Vereador, foi questionado se os serviços pretendiam enviar o documento naquelas condições, porque a sua configuração contém erros. Em várias páginas, o valor total da entidade não coincide com a respetiva coluna, dando como exemplo a pág. 36, em que apareciam os totais das importâncias no meio da linha, e referiu que talvez essa anomalia se tratasse de um problema informático. -----

-----Para prestar os esclarecimentos necessários nesta matéria, esteve presente o Técnico Superior que referiu, que existem juros em atraso, mas que os mesmos apenas se encontram contabilizados nos custos das especializações das contas de gerência, não constando no mapa das dívidas em atraso. -----

-----Ainda sobre o assunto, o Senhor **Vereador Victor Santos** disse que este documento vem provar o que tinha referido aquando da aprovação do programa PREDE, ou seja, que esta Câmara se anda a financiar através do aumento da dívida ao comércio local e lamenta que isso aconteça. Referiu que a autarquia tem uma dívida a fornecedores de aproximadamente 9 milhões de euros, situação que o preocupa, uma vez que a receita corrente ronda os 6 milhões e 700 mil euros, enquanto a despesa corrente é de 9 milhões e 500 mil euros. Situação que tende a agravar-se face à redução do FEF como consequência da violação da Lei das Finanças Locais. As dívidas da autarquia ao comércio local ascendem a mais de 1 milhão e 500 mil euros, considerando inadmissível terem atingido tais proporções, uma vez que tiveram acesso a um programa de

regularização extraordinária de dívidas para liquidação das mesmas, e não souberam aproveitar esse programa, existindo ainda dívidas de 2001 e 2002 por pagar. Referiu que existe uma discriminação no pagamento aos fornecedores, e questionou sobre quais eram os critérios utilizados pela Câmara, para pagamento aos fornecedores. Questionou ainda, para quando estava previsto o pagamento das senhas de presença aos eleitos locais. -----

-----O Senhor Vereador referiu, que no mapa apresentado, consta em atraso só uma senha sua, de presença na Assembleia Municipal, e esse facto suscita-lhe algumas dúvidas porque, habitualmente, vem a todas as sessões da Assembleia Municipal. Por esse motivo, coloca em causa a fiabilidade do documento.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que o Senhor Vereador Victor Santos tem uma análise errada sobre as dívidas existentes. Deve articular o mapa com o mapa dos compromissos plurianuais. Sobre as dívidas de 2001 a 2004 disse que nada sabe em concreto, que foram efetuados pagamentos em factoring. Há faturas registadas em conta corrente e esses fornecedores já receberam por antecipação de banca, mas não quer isto dizer que não existam algumas situações dos anos de 2001 e 2002 que não estejam pagas. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que existem dívidas da Egipapel desde 2001 a 2009 e da firma Tomás & Filhos Ld.^a dos anos de 2005 e 2006, no montante de 23 mil euros, ao que o Senhor **Vereador António Silva** respondeu que essas dívidas resultaram num processo de factoring. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que já tinha requerido a consulta aos processos de algumas das firmas que são pagas por factoring, nomeadamente da firma Tomás & Filhos Ld.^a e que nunca lhe

tinham chegado à mão esses processos, assim, e mais uma vez, requer que lhe seja cedida essa listagem para análise, mesmo antes da entrega da Prestação de Contas.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** afirmou que nos anos de 2010 e 2011 não foram efetuados factorings.-----

-----Relativamente à listagem das presenças, referiu que o Senhor Vereador Victor Santos teria que confirmar junto dos serviços competentes, o número de presenças à Assembleia Municipal.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que ficou com algumas dúvidas sobre a dívida a Francisco José V. Ferreira e questionou a que se reportavam tais pagamentos, se os 45 mil € de pagamentos que estão em atraso, referentes ao ano de 2009, dizem respeito a alguma avença.-----

-----Respondendo à questão colocada, o Senhor **Vereador António Silva** referiu que a fatura da entidade referenciada pelo Senhor Vereador Victor Santos foi fracionada em prestações de factoring.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou quais tinham sido os serviços realizados pela entidade Brandopção-Publicidade, Ld.^a, em 2009, para que esta Câmara tivesse gasto 23 mil euros em publicidade, enquanto em 2010 não existe qualquer registo de dívida e em 2011, a dívida é na ordem dos 1500 euros.-----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** solicitou também uma listagem dos pagamentos feitos por factoring.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que o governo tinha anunciado a redução de 5% sobre a contribuição do FEF para os municípios e refere que esta redução é obra do Governo PSD.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que este foi o caminho que o executivo decidiu trilhar desde 2005. O endividamento tem aumentado como comprova o documento. Se há muitas dívidas, tem que se reduzir em algumas coisas. Há lições de gestão que se aprendem em casa, desde pequeno que aprendeu, que, quando não há dinheiro não se compra. Quando o Senhor Vereador António Silva se refere à redução do FEF como sendo obra do PSD, disse que essa redução já vem sendo feita ao município, por incumprimento legal há 2 anos, e afirmou que o concelho é vítima da má gestão de quem está à frente desta Câmara. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu como os cortes dos subsídios de Férias e de Natal dos funcionários desta autarquia, influenciam a economia local. Seria bom para o concelho que os funcionários tivessem maior poder de compra porque também comprariam no comércio local.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que não tem formação na área do Senhor Vereador Victor Santos, mas já ouviu por duas vezes, dizer ao Senhor Vereador que há uma incompetência na gestão desta Câmara. A ser assim o Senhor Vereador quererá dizer que no país todos os autarcas à exceção de 2 ou 3 são todos uns incompetentes? Fica a pergunta. Isto porque a maioria das Câmaras encontram-se endividadas e por vezes, é preciso coragem dos executivos para se investir fazendo com que o concelho evolua e o comércio local não morra. Sabe que praticamente todos os municípios estão nas mesmas circunstâncias. Referiu que em 2006 a maior entidade empregadora do concelho foi esta Câmara Municipal, e bem. O Executivo tem que defender os funcionários, pois há muitas famílias que estão dependentes desta edilidade e têm que salvaguardar o emprego dos mesmos, caso contrário, tornar-se-ia um problema muito grave. -----

-----Referiu-se ainda ao papel importante que as IPSS detêm na vida social, sendo consideradas como o parente pobre do governo, e esse parente existe, e serve para socorrer as famílias nas mais diversas situações. -----

-----O aumento do número de funcionários justifica-se, até pela abertura de novos equipamentos, mas a título de exemplo poderemos basear-nos nos transportes das crianças. Por lei é obrigatório as mesmas serem acompanhadas por uma auxiliar. Assim, a realização dos vários percursos existentes obrigam à admissão de novos funcionários. -----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** concorda com o que foi referido pelo Senhor Vereador Victor Santos, porque a nossa postura com o dinheiro público, terá que ser a mesma, como temos com o nosso. Não cabe às IPSS e à Câmara Municipal suplantarem as responsabilidades do governo, colocarem funcionários ao serviço de várias entidades, quando é ao governo que compete dar uma solução a esse problema. A Câmara Municipal ao desviar-se para essa causa está a ajudar o governo a deslocar verbas para outras vertentes. Não incrimina a Câmara Municipal por estarem a ajudar as pessoas, pois acha que isso é uma causa nobre. Apelou ainda para que ajudassem o comércio local, fazendo compras no concelho. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que já apelou em Assembleia Municipal para que comprassem produtos no comércio local de Celorico da Beira. Também acha que o Município não se deve substituir ao governo, mas por vezes torna-se necessário estabelecer prioridades que visem o bem-estar da população. -----

-----Disse que foram feitos apelos, por parte deste executivo para que o governo comparticipasse nas despesas de manutenção do Gimnodesportivo e das Piscinas. -----

-----Sobre o Gimnodesportivo referiu que houve um investimento por parte desta Câmara de 450 mil euros e este executivo esperava que do Ministério da Educação, via DREC, pudesse haver comparticipação, mas até ao momento ainda não conseguiram qualquer ajuda. A única comparticipação mensal é da parte do Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira e nesse sentido, foi celebrado um protocolo em 1996 entre a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas, onde constava uma verba mensal de 743€. Verba, essa, que em 2012 se mantém e que é uma quantia irrisória, apesar de este Executivo ter solicitado alteração daquele valor, não tendo obtido resposta até à data. Saliento ainda que esta situação poderá pôr em risco o próximo ano letivo, atendendo que o Gimnodesportivo apresenta um custo mensal aproximado de 4.500€ e que é utilizado todo o ano pelos alunos das 9.00h às 18:00h. O valor custeado pelo Ministério da Educação é insuficiente para a sua utilização (média de 50 alunos, por hora). E é aqui que o Município, mais uma vez desempenha o seu papel junto da população assegurando custos que competem ao Estado. -----

-----Relativamente às piscinas e para uma maior rentabilização foi apresentada uma proposta junto da DREC/Ministério da Educação para que fossem pagos 20€ a 25€/hora. O Agrupamento referiu não ter verbas para essas valências tendo apresentado o valor de 9€/hora e até mesmo de 7€ por hora. Tal situação inviabiliza o funcionamento das piscinas (cedidas ao Agrupamento das 9h às 17h), com o valor apresentado pelo Ministério da Educação. Desta forma o Município assegura custos que competem ao Ministério da Educação. O governo deve olhar para estes casos porque estas duas valências são frequentadas diariamente por alunos do Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, que têm os mesmos direitos como todos os outros. -----

-----Quanto ao transporte das crianças para a escola, disse que compete à Câmara Municipal efetivar o transporte de crianças que estão afastadas

das freguesias, que residam em quintas até porque, têm o mesmo direito de frequentarem as escolas e de serem ajudados. -----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** não acha que o preço proposto pela DREC/Ministério da Educação seja justo, e dá uma sugestão quanto ao funcionamento das Piscinas Municipais, ou seja, que deveriam funcionar até mais tarde, até mesmo funcionando à noite até às 22h. O horário como está ora estipulado até às 18h não é adequado para as pessoas que trabalham e também queiram usufruir deste bem público. As Piscinas são um equipamento social para servir todos os munícipes e não foram feitas para darem lucro.-----

-----A Câmara tomou conhecimento das declarações da nova Lei dos compromissos e remeteu igualmente para conhecimento da Assembleia Municipal.-----

-----**2 - DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS**-----

-----**SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE EXECUÇÃO NECESSÁRIAS À EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO**-----

-----**Requerente: Comissão de Melhoramentos da Carrapichana**-----

-----Foi presente informação técnica elaborada pelos serviços acima referenciados e datada de 29/03 comunicando que, na sequência da sua informação de 15/03 e conforme o previsto no artigo 26.º, do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação “a deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento consubstancia a licença para a realização da operação urbanística”. Assim, com base nos termos do artigo 53.º, e com a deliberação prevista no art.º 26.º, do citado Decreto-lei, são estabelecidas condições e prazo de execução das obras de urbanização,

bem como, o montante da caução destinada a assegurar a boa e regular execução das obras. -----

-----O montante da caução prestada a favor da Câmara Municipal é feita mediante garantia bancária autónoma à primeira solicitação, hipoteca sobre bens imóveis propriedade do requerente, depósito em dinheiro ou seguro caução e é igual ao valor constante dos orçamentos para a execução dos projetos das obras a executar, que no caso em apreço é de 232.274,98€. -----

-----Deve também constar no próprio título que a caução está sujeita a atualização nos termos do n.º 4, do artigo 54.º, do já referido Decreto-lei e se mantém válida até à receção definitiva das obras de urbanização, que na sequência da reunião realizada em 28/03 do corrente ano, foi proposto pelo requerente um prazo de dois anos para a execução das obras de urbanização.-----

-----Atendendo ao exposto, os serviços propõem que se definam as condições e prazo de execução das obras de urbanização, necessárias à emissão do alvará de loteamento, considerando o prazo de execução das obras de urbanização de dois anos e o montante da caução a prestar a favor da Câmara Municipal de 232.274,98€. -----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** referiu que o prazo de execução de execução das obras é de 2 anos, foi acordado entre a Câmara Municipal e o requerente e a caução como forma de garantia, está assegurada. -----

-----**Atendendo ao exposto na referida informação, a Câmara deliberou por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores João Duarte e Victor Santos, aprovar o prazo de dois anos para a execução das obras de urbanização, bem como, a caução no montante de 232.274,98€, a prestar a favor da Câmara Municipal de**

Celorico da Beira, para emissão do alvará de loteamento à Comissão de Melhoramentos da Carrapichana. -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**SECÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO**-----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO E COLOCAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE PARQUE AUTORIZADO AO PÁROCO, EM ALDEIA DA SERRA**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 177/2012, datada de 28/03/2011, referindo que analisado o pedido da Junta de Freguesia de S. Pedro no qual solicita a colocação de uma placa de estacionamento reservado ao Pároco, na Aldeia da Serra, informa, que após deslocação ao local, propõe a aprovação de um sinal H1a (estacionamento autorizado) com um painel adicional modelo 10a com os dizeres “PÁROCO” e colocado num prumo de 1”1/2 com 3mm de espessura de parede e com o comprimento de 3,80m. -----

-----Para que se possa dar cumprimento ao N.º 1 e N.º 2 do artigo 6.º do D.L. n.º 44/2005 de 23 de Fevereiro, o assunto deverá ser deliberado em reunião do executivo. -----

-----Caso o executivo municipal delibere favoravelmente, deverá aquando da aquisição da sinalização ter em atenção que os sinais deverão ser de tamanho reduzido de 60cm de lado, em chapa de alumínio com 2,0mm de espessura, com aba de viragem em peça única, com calha de fixação para abraçadeira em alumínio e respetivas abraçadeiras, com tela retrorrefletora da 3M Diamong Grade Cube (ECOF), com garantia de 15 anos. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** referiu que o 2.º parágrafo desta informação deveria ser redigida de forma mais clara, porque está um pouco confuso e tem que se subentender o que é pretendido indicar na informação. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de um sinal H1a (estacionamento autorizado) com um painel adicional, modelo 10a com os dizeres “PÁROCO”. Mais foi deliberado que, aquando da aquisição da sinalização, os sinais deverão ser de tamanho reduzido de 60cm de lado, em chapa de alumínio com 2,0mm de espessura, com aba de viragem em peça única, com calha de fixação para abraçadeira em alumínio e respetivas abraçadeiras, com tela retrorrefletora da 3M Diamong Grade Cube (ECOF), devendo os sinais serem devidamente registados e cadastrados. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES-----

-----ASSUNTO: MAPA DE OBRAS PARTICULARES-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa número 1, de dois mil e doze, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação, dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente ata, ficando dela a fazer parte integrante (**anexo I**). -----

-----3 - STAL - SINDICATO DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL-----

-----ASSUNTO: MEMORANDUM - AFIRMAÇÃO DE PREOCUPAÇÃO E PROTESTO-----

-----Foi presente documento com o registo interno 2934, datado de 21/03, dando conhecimento do memorando sobre os problemas dos trabalhadores da Administração Local e Regional entregue ao Senhor primeiro-ministro afirmando a preocupação e o protesto da política de austeridade que tem vindo a ser implementada por este governo, caracterizada pelo ataque sistemático aos mais elementares direitos dos trabalhadores e dos serviços públicos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----**4 – SINTAP**-----

-----**ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE SALÁRIOS NAS AUTARQUIAS**-----

-----Foi presente documento com o registo interno 3073, datado de 13/03 dando conhecimento que em reunião com o Secretário de Estado da Administração Local foram abordadas diversas matérias de extrema importância para os trabalhadores das autarquias, nomeadamente as opções gestionárias e as mudanças de posição remuneratória nos municípios, Sector Empresarial Local e Cedência de Interesse Público nas Empresas Municipais, carreiras de polícia e fiscalização municipal e futuro dos trabalhadores das freguesias no âmbito da reorganização do território. -

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----**5 – DIVISÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA**-----

-----**SECÇÃO DE CONTABILIDADE**-----

-----**PUBLICITAÇÃO OBRIGATÓRIA DE SUBSÍDIOS ATRIBUÍDOS**-----

-----Foi presente informação interna com o registo n.º 1170, datada de 30/03 e acompanhada de uma listagem dos subsídios deliberados em reuniões do executivo no ano de 2011, a fim de serem publicitados conforme o disposto na Lei n.º 26/94 de 19 de agosto que regulamenta a atribuição de subsídios a particulares por parte da Administração Pública.---

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que têm sido atribuídos subsídios em reunião de Câmara, mas, de acordo o mapa das dívidas do município verifica-se que alguns deles não foram pagos. Reforça mais uma vez a necessidade deste executivo definir critérios para o pagamento dos subsídios atribuídos, sugerindo que os mesmos sejam pagos num período máximo de 3 meses após deliberação do executivo.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** referiu que esse período já existe. Com a lei dos compromissos têm 90 dias para pagar os compromissos assumidos. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que a dívida está registada e pode haver acordos na forma dos pagamentos. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que sendo assim, então porque constavam na lista de pagamentos em atraso, uma dívida no montante de 100 mil euros de subsídios não pagos.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que os pedidos de subsídios, quando são presentes às reuniões do executivo, e são concedidos, o Senhor Presidente propõe a sua forma de pagamento.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a publicitação do subsídio atribuído à EMCEL-Empresa Municipal Celoricense, conforme o disposto n.º 2, do artigo 3.º, da Lei n.º 26/94 de 19 de Agosto.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**6 – GRUPO PARLAMENTAR DO PCP**-----

-----**ASSUNTO: PELA MODERNIZAÇÃO E REABERTURA DO TROÇO COVILHÃ-GUARDA**-----

-----Foi presente documento com o registo interno n.º 3286, datado de 30/03, do Grupo Parlamentar do PCP, propondo medidas a adotar pela Assembleia da República no que concerne à modernização e reabertura do troço Covilhã-Guarda e prestação de um serviço público de transporte ferroviário de qualidade na Linha da Beira Baixa.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**7 – DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS**-----

-----**SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: João Manuel dos Santos**-----

-----Foi presente requerimento n.º 3328, datado de 02/04/2012, em nome de João Manuel dos Santos, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Quinta da Lavandeira, freguesia de Santa Maria, inscrito sob o artigo matricial n.º 1009, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que a edificação existente foi construída antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2008. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que o requerente alude, foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou, por maioria com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar a petição do requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE EM REGIME DE MERCADO LIVRE PARA PORTUGAL**-----

**-----PROCEDIMENTO CONCURSAL EFETUADO PELA
COMURBEIRAS – CIM PARA OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS-----**

-----Foi presente informação técnica elaborada pela Divisão de Obras Particulares e Municipais, com o registo interno n.º 1203, datada de 30/03 e que se anexa a esta ata (**anexo II**), referindo que na sequência da reunião do Conselho Executivo da Comurbeiras, CIM de 14/03, ficou patente a intenção de aquisição por parte dos municípios, o fornecimento de eletricidade de Baixa Tensão Especial (BTE) e Média Tensão (MT), promovida pela Comurbeiras, CIM para os municípios associados, tendo sido já rececionada da referida entidade, a comunicação acerca deste assunto, pelo que se torna necessário reunir um conjunto de requisitos prévios formais.-----

-----Uma vez rececionados pela Comurbeiras, CIM os elementos solicitados, serão os mesmos compilados e produzida a versão final das peças do procedimento, as quais enviadas aos municípios, juntamente com os documentos a rececionar da Comurbeiras, CIM, para que possam ser proferidos as atos identificados no ponto 1 do documento em anexo. -----

-----Deste modo, e analisadas as peças do procedimento rececionadas e elaborados os mapas solicitados é proposto ao executivo que delibere no sentido de: -----

-----1 - Manifestar o acordo com o texto da versão das peças de procedimento rececionado;-----

-----2 - Remeter os mapas referentes à infraestrutura instalada, conforme ficheiro excel “Parte II do Caderno de Encargos”;-----

-----3 - Designar um interlocutor de entre os seus técnicos da energia, para posteriores contactos que se venham a revelar necessários;-----

-----4 - Indicar um Técnico Superior da área de energia para eventual participação do júri do concurso;-----

-----5 - Indicar o número de fax e o endereço eletrónico para onde o adjudicatário deve remeter as comunicações e notificações que se impunham durante a fase de execução do contrato; -----

-----6 - Indicar o número de identificação de pessoa coletiva e o número de identificação da segurança social do município.-----

-----**Atendendo ao exposto na referida informação, a Câmara deliberou por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores João Duarte e Victor Santos:**-----

-----1 - **Manifestar o acordo com o texto da versão das peças de procedimento rececionado;** -----

-----2 - **Remeter os mapas referentes à infraestrutura instalada, conforme ficheiro excel “Parte II do Caderno de Encargos”;**-----

-----3 - **Designar o Senhor Eng.º Luís Gomes como interlocutor, para posteriores contactos, que se venham a revelar necessários;** -----

-----4 - **Indicar o Técnico Superior, Senhor Eng.º Luís Gomes, da área de energia, para eventual participação do júri do concurso;** -----

-----5 - **Indicar o número de fax e o endereço eletrónico para onde o adjudicatário deve remeter as comunicações e notificações que se imponham durante a fase de execução do contrato;** -----

-----6 - **Indicar o número de identificação de pessoa coletiva e o número de identificação da segurança social do município.** -----

-----**Mais foi deliberado de acordo com a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, alínea c), art.º 6.º, relativo aos compromissos plurianuais, remeter este assunto para a Assembleia Municipal, de forma a obter autorização da mesma.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou o executivo sobre quem pagava a eletricidade do Bar do Jardim, e se é a Câmara Municipal a fazê-lo. Propõe que os responsáveis averiguem o assunto, porque, não faz qualquer sentido que, sendo uma infraestrutura autónoma, sujeita a exploração particular, os custos da eletricidade sejam suportados pela autarquia. -----

-----**SECÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO**-----

-----**ASSUNTO: ALTERAÇÃO DE TOPONÍMIA**-----

-----**Requerente: Freguesia de Vide-Entre-Vinhas**-----

-----Foi presente informação interna n.º CN 176/2012, datada de 28/03/2012, referindo que no passado dia 22/03 do corrente aquando da realização das maquetas de todas as placas toponímicas para a Freguesia de Vide-Entre-Vinhas aprovada que foi a sua toponímica em reunião de Câmara no dia 21/03, foi constatado que foram aprovados dois arruamentos com a mesma denominação de “Travessa do Outeiro”, um na localidade de Vide-Entre-Vinhas e outro na localidade de Galisteu.-----

-----Refere ainda a informação, que o Regulamento Municipal de Toponímia e Números de Polícia prevê no n.º 1 do artigo 7.º que, “Poderão ser atribuídas na área do concelho **denominações iguais, caso os espaços públicos se situem em diferentes freguesias**”, e que no n.º 2 do mesmo artigo é citado que “Não são consideradas denominações iguais, as que forem atribuídas a espaços públicos de diferente classificação, tais como, rua ou travessa, rua e praça”, com base nesses pressupostos os serviços comunicam que não é possível permanecer a denominação de “Travessa do Outeiro”, nas duas localidades em questão. -----

-----Assim, e dado que a Comissão Municipal de Toponímia deste concelho não ter dado conta da sua duplicação, vem a Junta de Freguesia de Vide-Entre-Vinhas propor através do requerimento n.º 3024 datado de 23/03 propor ao executivo camarário a alteração da designação de Travessa do Outeiro da localidade de Galisteu, para Travessa Nova do Outeiro, mantendo-se toda a restante toponímia já aprovada. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores João Duarte e Victor Santos, aprovar a alteração da designação de Travessa do Outeiro da localidade de Galisteu, para Travessa Nova do Outeiro.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CELORICO DA BEIRA E AS JUNTAS DE FREGUESIA** -----

-----Foi presente minuta de protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e as Juntas de Freguesia e que tem por objetivo garantir uma constante e progressiva melhoria dos serviços prestados aos munícipes no âmbito da toponímia; suportes toponímicos e números de polícia.-----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores João Duarte e Victor Santos aprovar a minuta de protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Celorico da Beira e as Juntas de Freguesia.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ALTERAÇÃO À DATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE DEZOITO DE ABRIL DE DOIS MIL E DOZE** -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, que a próxima reunião ordinária que deveria ter lugar no dia 18/04, se realize no dia 16/04, pelas dezasseis horas. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:30h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Vice-Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Vice-Presidente e por mim, Dina Maria da Silva, que a secretariei. -----